

Ato pede apoio financeiro a famílias de vítimas da Covid

Manifestação na Câmara cobra indenização e assistência a familiares

Da Redação

Representantes de entidades da sociedade civil, familiares de vítimas da Covid-19 e parlamentares participaram, nesta quarta-feira (24), de um ato público na Câmara Municipal de São Paulo, no centro da cidade, para defender medidas de reparação destinadas às pessoas que perderam parentes durante a pandemia. A mobilização teve como foco a reivindicação de apoio financeiro e assistencial às famílias afetadas pela crise sanitária mundial.

IMPACTOS DE SAÚDE, SOCIAIS, ECONÔMICOS E EMOCIONAIS

O encontro reuniu integrantes de movimentos ligados à memória das vítimas da pandemia, pesquisadores, profissionais da saúde e representantes de organizações que atuam na defesa dos direitos dos familiares. Durante a atividade, participantes destacaram os im-

pactos sociais, econômicos e emocionais causados pelas mais de 700 mil mortes registradas no país em decorrência da doença.

PROPOSTAS APRESENTADAS

Entre as propostas apresentadas estão a criação de políticas públicas voltadas ao acolhimento psicológico, ampliação da assistência social e mecanismos de compensação financeira para famílias que perderam provedores de renda durante o período mais crítico da pandemia na cidade. Os participantes também defenderam iniciativas voltadas à preservação da memória das vítimas e ao reconhecimento dos impactos deixados pela emergência sanitária.

Durante o ato, foram mencionadas experiências internacionais e discussões em andamento em diferentes esferas do poder público sobre formas de reparação a grupos afetados por eventos de grande impacto social. Os



O encontro reuniu integrantes de movimentos ligados à memória das vítimas da pandemia

organizadores argumentam que o elevado número de mortes e as consequências econômicas enfrentadas por milhares de famílias justificam a adoção de medidas específicas de apoio.

CONTINUIDADE DO DEBATE

Parlamentares presentes manifestaram apoio à continuidade do debate e à busca por alternativas legislativas que possam contribuir para a assistência aos familiares das vítimas. Também foram defendidas ações voltadas à produção de memória histórica sobre a pandemia, com o objetivo de preservar relatos e experiências vividas durante o período.

Os participantes ressaltaram ainda a importância de políticas permanentes de preparação para futuras emergências sanitárias, incluindo investimentos em saúde pública, vigilância epidemiológica e proteção social. Segundo os organizadores, a discussão sobre reparação não se limita ao aspecto financeiro, mas envolve também reconhecimento institucional, acolhimento e garantia de direitos para as famílias atingidas.

MEMÓRIA DAS VÍTIMAS

O ato ocorreu poucos meses após a sanção da lei federal que instituiu o Dia Nacional em Memória das Vítimas

da Covid-19, celebrado em 12 de março. A data foi criada para homenagear as vítimas da pandemia e reforçar ações de preservação da memória coletiva sobre o período que matou cerca de 700 mil pessoas em São Paulo.

As propostas apresentadas durante a manifestação na Câmara Municipal não têm efeito imediato, mas poderão subsidiar futuras discussões no Legislativo e junto a outros órgãos públicos.

Os organizadores informaram que pretendem ampliar o debate e buscar apoio institucional para a construção de políticas que sejam voltadas aos familiares das vítimas da Covid-19.

Câmara aprova LDO de 2027 com previsão de R\$ 138,6 bi

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em segunda e definitiva votação, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027. A proposta estabelece as metas e prioridades da administração municipal para o próximo exercício e servirá de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que detalhará receitas e despesas da cidade. A previsão orçamentária para o próximo ano é de R\$ 138,6 bilhões.

A votação ocorreu durante sessão plenária. O texto analisado pelos vereadores foi um substitutivo elaborado pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei 299/2026, encaminhado pelo Executivo municipal. A aprovação ocorreu de forma simbólica, sem

registro nominal dos votos no painel eletrônico. As bancadas do PT e do PSOL manifestaram posição contrária à matéria.

Antes da deliberação em plenário, a proposta passou por discussão na Comissão de Finanças, responsável pela análise técnica do projeto.

O relatório final aprovado pelo colegiado consolidou alterações apresentadas ao longo da tramitação. Segundo informações divulgadas durante o processo legislativo, foram protocoladas 2.575 emendas ao texto original. Destas, 62 foram incorporadas total ou parcialmente à versão final encaminhada para votação.

A LDO é uma das principais peças do planejamento orçamentário do município. A legislação estabelece as diretrizes que deverão orientar a elabo-



Na votação, bancadas do PSOL e do PT se posicionaram contra o projeto

ração do orçamento anual, indicando prioridades de governo, metas fiscais e parâmetros para a distribuição dos recursos públicos. O documento serve como referência para a execu-

ção das políticas públicas previstas para o exercício seguinte.

O projeto foi encaminhado à Câmara em abril e passou por uma série de debates promovidos pela Comissão de Finanças

e Orçamento. Durante a tramitação, foram realizadas audiências públicas para discutir temas relacionados à aplicação dos recursos, participação popular no processo e regionalização dos investimentos.

Com a aprovação da LDO, a Prefeitura poderá concluir a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027, documento que detalhará os valores destinados a cada área da administração municipal. A proposta da LOA deverá ser encaminhada ao Legislativo nos próximos meses para nova análise.

O valor previsto para o orçamento de 2027 representa aumento em relação à estimativa aprovada para 2026, que foi de R\$ 128,9 bilhões. A projeção de receitas e despesas para 2027 será utilizada como referência para investimentos.